

ATA DE REUNIÃO (nº 276)

1
2 Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, em
3 cumprimento ao que estabelecem a Lei Complementar nº 139, de 28 de dezembro de 2001,
4 que institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município e estrutura a
5 RIOPRETOPREV, e a Lei Complementar nº 566, de 28 de junho de 2018, e suas alterações,
6 reuniu-se ordinariamente o Comitê de Investimentos, por videoconferência, composto pelos
7 membros: Adriano Antônio Pazianoto (CPA-10 Anbima, CP RPPS CODEL II, CP RPPS
8 DIRIG III e CP RPPS CGINV III), Daniel Henrique Martins Biot (CEA ANBIMA e CP
9 RPPS CGINV III), Mário José Piccarelli de Castro (CPA-20 Anbima, CP RPPS CGINV I e
10 CP RPPS DIRIG I), Patrícia Nato Toninato Bartolomei (CPA-20 Anbima, CP RPPS CGINV
11 III) e Wilclem de Lazari Araújo (CPA-10 Anbima, CP RPPS CGINV III, CP RPPS CODEL
12 II, CP RPPS COFIS II e CP RPPS DIRIG III). A reunião realizou-se por videoconferência,
13 tendo sido previamente convocada pela coordenação do Comitê, com disponibilização da
14 pauta aos membros, sem registro de impugnação à convocação ou à ordem dos trabalhos.
15 Registrou-se a presença de 5 (cinco) membros, correspondentes à totalidade da composição
16 do Comitê, restando atendido o quórum de instalação e deliberação. Registra-se que todos os
17 membros mantêm vínculo funcional com o ente federativo ou com a unidade gestora, sendo
18 servidores efetivos e segurados do RPPS, em atendimento à composição exigida pelo item
19 3.2.7 do Manual do Pró-Gestão RPPS, versão 4.1, para o Nível IV de aderência. A reunião
20 teve como pauta: **I - Abertura dos Trabalhos; II - Votação da Ata de Reunião Anterior;**
21 **III - Deliberação sobre credenciamentos solicitados, se houver; IV - Avaliação da**
22 **Carteira de Investimentos do mês anterior e análise da conjuntura econômica, na**
23 **seguinte ordem: a) Análise do cenário macroeconômico; b) Evolução do orçamento e**
24 **fluxo de caixa; c) Desempenho dos investimentos no mês de junho/2026; V -**
25 **Discussão e deliberações quanto aos novos investimentos, se houver; VI - Discussão**
26 **e deliberação sobre a 4ª chamada para integralização de capital do fundo XP Selection**
27 **Prime Feeder Inst FIP.** A coordenadora do Comitê de Investimentos, Patrícia Nato
28 Toninato Bartolomei, cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos, informando que havia
29 incluído na pauta do dia a análise da chamada de capital do fundo XP Selection Prime, tendo
30 em vista que o comunicado havia sido recebido recentemente e possuía prazo de atendimento
31 até o dia 3 de agosto, evitando, assim, a necessidade de convocação de reunião extraordinária
32 para tratar exclusivamente desse assunto. Na sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei
33 solicitou que os membros que participaram do evento Expert XP compartilhassem suas
34 impressões. Mário José Piccarelli de Castro observou que grande parte das palestras se
35 concentrou no cenário político e nas eleições. Destacou que as apresentações direcionadas
36 especificamente aos RPPS, especialmente aquelas promovidas pela Kinea, apresentaram maior
37 profundidade técnica e foram mais relevantes para a realidade do Instituto. Na continuidade,
38 Wilclem de Lazari Araújo relatou que percebeu, durante as conversas mantidas com

39 participantes do mercado financeiro, assessores e representantes de grandes instituições, que
40 os agentes econômicos demonstravam estar preparados para diferentes cenários eleitorais, não
41 evidenciando preocupação excessiva com o resultado das eleições presidenciais, mas sim com
42 a condução da política fiscal e econômica no médio e longo prazo. Registrou-se que tais
43 manifestações foram apresentadas apenas como relato de participação em evento técnico e de
44 percepção de cenário, sem caracterizar tratativa individual de investimento, credenciamento,
45 promessa de alocação ou fundamento decisório autônomo, devendo o respectivo relatório de
46 diligência, agenda ou material de apoio permanecer arquivado no processo administrativo
47 próprio. Daniel Henrique Martins Biot complementou que, em sua avaliação, o
48 comportamento observado em eleições anteriores reforçava essa percepção, uma vez que
49 expectativas iniciais mais pessimistas não se concretizaram após a definição do resultado
50 eleitoral. Prosseguindo a discussão, Wilclem de Lazari Araújo relatou observações
51 apresentadas por analista durante uma das palestras, segundo as quais a manutenção da
52 confiança do mercado dependeria da implementação de medidas efetivas de ajuste fiscal no
53 início do próximo mandato presidencial, destacando que eventual ausência dessas medidas
54 poderia provocar deterioração das expectativas econômicas. Daniel Henrique Martins Biot
55 concordou com essa avaliação, ponderando que, independentemente da orientação política do
56 governo eleito, haveria limitações impostas pelos fundamentos econômicos e pela necessidade
57 de equilíbrio fiscal. Por fim, os membros comentaram a participação do Sr. Gabriel Galípolo
58 no evento, restringindo o registro ao conteúdo técnico e institucional das manifestações
59 apresentadas nos painéis, sem atribuição de juízo pessoal como fundamento de decisão do
60 Comitê. Wilclem de Lazari Araújo ressaltou, ainda, que o evento apresentou elevado nível de
61 organização e continuou crescendo em dimensão e participação de público, registrando que o
62 relatório de diligência contemplaria as principais palestras e conteúdos acompanhados pelos
63 representantes do Instituto. Prosseguindo com a pauta, Patrícia Nato Toninato Bartolomei
64 informou que as atas dos dias 22/06/2026, 01/07/2026 e 13/07/2026 foram disponibilizadas
65 aos membros e que as sugestões de alterações já haviam sido feitas. **Colocadas em votação,**
66 **as atas nº 273, de 22/06/2026, nº 274, de 01/07/2026, e nº 275, de 13/07/2026, foram**
67 **aprovadas por unanimidade, com 5 (cinco) votos favoráveis, sem votos contrários,**
68 **abstenções ou declaração de impedimento.** Em seguida, Patrícia Nato Toninato
69 Bartolomei informou que, no item referente aos credenciamentos, não havia processos para
70 deliberação. Na continuidade, Patrícia Nato Toninato Bartolomei promoveu discussão acerca
71 do fundo administrado pela Riza, destacando que, apesar da apresentação realizada aos
72 membros que participaram da reunião na XP Expert com a instituição, eventual
73 aprofundamento da análise dependeria de procedimento formal, observância dos critérios de
74 credenciamento, análise de risco, compatibilidade com a Política de Investimentos e
75 documentação técnica própria. Ressaltou que, embora a expectativa de rentabilidade fosse
76 superior à de títulos públicos de referência, o investimento envolvia riscos adicionais inerentes

77 ao segmento imobiliário, especialmente relacionados aos ativos, locações e demais
78 características da estratégia adotada pelo fundo. Acrescentou que, caso houvesse interesse do
79 Comitê em aprofundar a análise do produto, seria necessário observar os prazos para eventual
80 credenciamento. Sobre o assunto, Mário José Piccarelli de Castro observou que o prazo
81 solicitado pela instituição para manifestação era bastante reduzido. Acrescentou, ainda, que a
82 Política de Investimentos do Instituto não estabelecia alocação estratégica para fundos
83 imobiliários e que o Comitê vinha estudando alternativas para estruturação de veículo próprio
84 nessa modalidade, razão pela qual entendeu não ser o momento oportuno para prosseguir com
85 eventual investimento, sem prejuízo de posterior análise formal caso o tema viesse a ser
86 pautado em processo próprio. Os membros concordaram com o entendimento e decidiram
87 não prosseguir com o credenciamento naquele momento. Ato contínuo, com relação ao item
88 IV da pauta, **a fim de seguir o procedimento exposto no item 3.2.7 do Manual do Pró-**
89 **Gestão RPPS, procedeu-se à análise dos seguintes itens, observadas as alíneas “a” a**
90 **“d” daquele dispositivo: a) Análise do Cenário Macroeconômico.** Foi verificado, além
91 do Relatório Macroeconômico da I9 Advisory Consultoria - RPPS Ltda., o conteúdo de outras
92 fontes dos bancos com os quais a RIOPRETOPREV se relaciona, bem como notícias recentes
93 divulgadas, destacando-se: *Na semana anterior a 27/07/2026, os mercados financeiros apresentaram*
94 *comportamento distinto entre renda variável e renda fixa. O Ibovespa recuou 1,52%, encerrando aos*
95 *174.041,95 pontos, pressionado pelo anúncio de novas tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos a*
96 *produtos brasileiros e pela realização de lucros nos setores de petróleo e commodities. Apesar da queda diária,*
97 *o índice acumulou alta de 0,19% na semana, 1,17% no mês e 8,02% no ano. No cenário internacional, as*
98 *bolsas norte-americanas encerraram sem direção única, enquanto persistiram as tensões comerciais e geopolíticas.*
99 *No mercado doméstico, o dólar comercial recuou para R\$ 5,081. Já no mercado de juros, a curva de DI*
100 *apresentou expressivo fechamento das taxas em todos os vértices, impulsionado pela queda dos rendimentos*
101 *internacionais, pelo recuo do petróleo e pelas sinalizações de compromisso com o ajuste fiscal e a política*
102 *monetária durante o evento Expert XP. Esse movimento favoreceu a valorização dos títulos públicos marcados*
103 *a mercado, especialmente os de maior duration, refletindo-se em ganhos dos principais índices de renda fixa,*
104 *com destaque para o IMA-B 5+ (+0,44%) e o IMA-B (+0,33%), fortalecendo o desempenho das carteiras*
105 *previdenciárias e reforçando a expectativa de redução da taxa Selic nas próximas reuniões do COPOM. Em*
106 *seguida, os membros avaliaram as projeções do Boletim Focus divulgado no dia 27/07/2026,*
107 *referente a 24/07/2026, que trouxe as seguintes projeções: IPCA (Índice Nacional de Preços ao*
108 *Consumidor Amplo): em 2026, a projeção caiu para 5,12%; em 2027, subiu para 4,22%; em 2028, subiu*
109 *para 3,80%; e, em 2029, ficou em 3,50%. PIB (Produto Interno Bruto): a projeção para 2026 ficou em*
110 *1,99%; para 2027, ficou em 1,60%; e, para 2028 e 2029, ficou em 2,00%. Taxa de Câmbio: em 2026,*
111 *ficou em R\$ 5,20; para 2027, subiu para R\$ 5,29; para 2028, ficou em R\$ 5,30; e, em 2029, caiu para*
112 *R\$ 5,37. Taxa Selic: em 2026, ficou em 14,00%; para 2027, em 12,00%; para 2028, em 10,25%; e,*
113 *para 2029, manteve-se em 10,00%. Para os próximos meses, as projeções de IPCA são: 0,30% para julho,*
114 *-0,14% para agosto e 0,50% para setembro de 2026. Com relação ao item b) Evolução do*

115 **Orçamento e fluxo de caixa:** o Sr. Adriano Antônio Pazianoto apresentou o balancete
 116 contábil de junho/2026: *No período, as receitas orçamentárias totalizaram R\$ 24.932.532,33, sendo:*
 117 *Contribuições dos 5.443 servidores ativos - R\$ 5.956.489,63; Contribuições dos Aposentados e Pensionistas*
 118 *- R\$ 1.187.316,42; Contribuição Patronal Normal - R\$ 10.542.895,93; Contribuição Patronal*
 119 *Suplementar - R\$ 169.943,06; Parcelamentos - R\$ 3.574.172,41; Aportes Periódicos - R\$ 0,00;*
 120 *COMPREV - R\$ 805.266,57; Receita Patrimonial - R\$ 2.184.502,05; Restituições da Folha de*
 121 *Pagamento - R\$ 1.978,02; Outras Receitas - R\$ 509.968,24. No período, as despesas equivaleram a*
 122 *R\$ 25.500.160,84, sendo: a) Despesa com benefícios previdenciários: i) com 1.938 aposentadorias:*
 123 *R\$ 23.192.694,43; ii) com 254 pensões: R\$ 1.723.662,33; iii) com pagamento de benefícios em decorrência*
 124 *de ordem judicial: R\$ 23.238,28; iv) indenizações e restituições trabalhistas - R\$ 0,00; v) despesas com*
 125 *compensação previdenciária - R\$ 12.249,92; b) despesas administrativas - R\$ 548.315,88. Conclui-se, com*
 126 *a análise da peça, resultado orçamentário deficitário de R\$ 567.628,51 no mês e superavitário de*
 127 *R\$ 23.251.693,98 no ano, bem como resultado previdenciário superavitário de R\$ 2.109.671,06 no mês e*
 128 *de R\$ 41.728.816,75 no ano. c) Desempenho dos investimentos no mês de junho de 2026:*
 129 **DA AVALIAÇÃO ANALÍTICA DOS INVESTIMENTOS DA RIOPRETOPREV NO**
 130 **MÊS DE JUNHO DE 2026: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E O ATENDIMENTO**
 131 **ÀS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA RESOLUÇÃO CMN Nº 5.272/2025:** *Transição*
 132 *Regulatória – Atualização do Marco Normativo: A partir de 02 de fevereiro de 2026 entrou em vigor a*
 133 *Resolução CMN nº 5.272/2025, que passou a regulamentar as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios*
 134 *de Previdência Social (RPPS), substituindo a Resolução CMN nº 4.963/2021. A nova regulamentação*
 135 *introduziu atualizações relevantes no arcabouço de investimentos previdenciários, incluindo novos critérios*
 136 *relacionados à governança, à classificação prudencial das instituições financeiras, aos limites de participação de*
 137 *recursos de RPPS em fundos de investimento e à reorganização dos segmentos de aplicação. Em razão dessas*
 138 *alterações regulatórias, algumas aplicações existentes na carteira apresentam situações de desenquadramento*
 139 *passivo, caracterizadas quando o desenquadramento decorre de mudanças normativas ou fatores alheios à*
 140 *decisão de investimento da Autarquia. Enquadramento da Carteira por Segmento: A conformidade com a*
 141 *Resolução CMN n.º 5.272/2025 abrange diferentes segmentos, destacando-se: Renda Fixa: 78,60% do PL*
 142 *(Limite 100%, Art. 7º); Renda Variável: 8,87% do PL (Limite 50%, Art. 8º); Investimentos no Exterior:*
 143 *3,31% do PL (Limite 10%, Art. 9º); Investimentos Estruturados: 9,22% do PL (Limite 20%, Art. 10º).*
 144 *Distribuição da Carteira por Classe de Ativo: Adentrando no detalhamento de cada segmento: Renda Fixa:*
 145 *Art. 7º, I => 5,46% PL - Limite 100%; Art. 7º, II => 63,86% PL - Limite 100%; Art. 7º, V =>*
 146 *7,39% PL - Limite 80%; Art. 7º, VI => 1,88% PL - Limite 20%. Renda Variável: Art. 8º, I =>*
 147 *4,63% PL - Limite 40%; Art. 8º, III => 4,25% PL - Limite 10%. Investimentos no Exterior: Art. 9º,*
 148 *II => 1,01% PL - Limite 10% no total de IE; Art. 9º, III => 2,29% PL - Limite 10% no total de IE.*
 149 *Investimentos Estruturados: Art. 10º, I => 5,53% PL - Limite 15%; Art. 10º, III => 3,69% PL -*
 150 *Limite 10%. Limite Global: De acordo com Art. 14, os RPPS ficam sujeitos a um limite global, no conjunto*
 151 *dos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários de 60% do PL para Nível*
 152 *IV do Pró-Gestão RPPS. Riopretoprev = 18,09% do PL. Participação da RioPretoPrev nos Fundos de*

Investimento: No que diz respeito aos limites em relação ao PL da RioPretoPrev (Art. 18º), excetuados as aplicações de emissão do Tesouro Nacional, o maior percentual é do BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO representando 5,53% do PL. FI BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESPONSABILIDADE LIMITADA seguido do CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF LP que ocupam o 2º e 3º lugares, com 5,48% e 3,06% do PL, respectivamente. Controle da Participação de RPPS no Patrimônio Líquido dos Fundos: Nos termos do Art. 19 da Resolução CMN nº 5.272/2025, o maior percentual em relação ao Patrimônio Líquido (PL) de um fundo, é de 3,13%, sendo atribuído ao fundo KINEA PE IV FEEDER INST I FIP ME. Os dois seguintes, com 2,74% e 2,20% do PL, são, respectivamente, BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO e SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FIF. Entretanto, de acordo com §2º os fundos deverão limitar a participação total dos RPPS em até 50% de seu PL (exceto durante doze meses iniciais; fundos 100% TP e outras situações trazidas na Resolução), e com a entrada em vigor da RES. CMN nº 5.272/2025 a Riopretoprev passou a ter casos de desenquadramento passivo para alguns fundos, detalhado no item sobre “Desenquadramento Passivo – Resolução CMN nº 5.272/2025”. Desenquadramento Passivo – Resolução CMN nº 5.272/2025: Em razão da entrada em vigor da nova regulamentação, algumas aplicações apresentam situações pontuais de desenquadramento passivo relacionadas principalmente à classificação prudencial das instituições financeiras ou ao percentual de participação de recursos de RPPS no patrimônio líquido de determinados fundos. Essas situações decorrem de alterações regulatórias supervenientes e não de novas decisões de investimento. Volume total desse desenquadramento: R\$ 33.171.448,1 = 4,56%. Conforme informado nos meses anteriores, as instituições já estão em movimentação para reenquadramento dos fundos. Ainda, em 04/05/2026 houve a primeira integralização de cotas do FIP TARPON BLUEFIN PRIVATE FIC FIP MULTIESTRATÉGIA RESP LIMITADA, cujo administrador e gestor também não se enquadram em conglomerados S1 ou S2, entretanto, em reunião ordinária realizada em 25 de agosto de 2025, o Comitê de Investimentos aprovou o compromisso de investimento para subscrição e integralização de 4.000 (quatro mil) cotas no fundo, ao valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por cota, totalizando o montante comprometido de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). A deliberação foi posteriormente referendada pelo Conselho Municipal de Previdência em 04 de setembro de 2025. O respectivo Boletim de Subscrição foi formalizado em setembro de 2025, anteriormente à publicação da Resolução CMN nº 5.272/2025, constituindo compromisso de investimento válido e regularmente assumido sob a regulamentação vigente à época. Dessa forma, as integralizações de capital realizadas posteriormente decorrem do cumprimento de obrigação previamente contratada, não caracterizando nova decisão de investimento ou ampliação discricionária da exposição ao ativo após a entrada em vigor da referida norma. Registra-se, ainda, que, em abril de 2026, o fundo promoveu alteração de seu regulamento, passando a denominar-se TARPON BLUEFIN PRIVATE FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FIP MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA, permanecendo inalteradas as obrigações assumidas no compromisso de investimento originalmente celebrado. Em se concretizando a manifestação de 15/04/2026 do Banco Daycoval no sentido de buscar enquadramento junto ao grupo S2 do Banco Central do Brasil o fundo passará a estar completamente enquadrado na Resolução CMN nº

191 5.272/2025. O Comitê de Investimentos permanece acompanhando a efetivação das providências pelas
192 instituições e realizando as diligências necessárias, a fim de assegurar a regularidade dos ativos e a aderência da
193 carteira às disposições normativas vigentes. De acordo com o Art. 27, § 1º os recursos poderão ser mantidos
194 pelo prazo de até dois anos da ocorrência do desequilíbrio. Para os casos relatados até 02/02/2028.
195 Como já averbado, trata-se de desequilíbrio passivo, não havendo nenhuma alocação nova ou assunção
196 de novo compromisso de investimentos de recursos em fundos desequilibrados posteriormente à vigência da nova
197 Res. CMN nº 5.272/2025. O Comitê vislumbra que, sob o ponto de vista da melhor estratégia na gestão de
198 investimentos, por haver amparo jurídico-normativo na continuidade dos recursos locados nos referidos fundos
199 (dentro do prazo de dois anos do art. 27, §1º), não seria prudente e oportuno o resgate de tais investimentos no
200 atual momento, com o fulcro de se evitar realização de prejuízos ou resgate intempestivo de alocações que ainda
201 se mostram inequivocamente importantes para o atingimento da meta. Eventuais novos aportes em fundos que
202 poderiam, em tese, estar desequilibrados pela nova norma (FIP's) estariam embasados por compromissos
203 deliberados pelo Comitê (e devidamente cancelados pelo Conselho) em período anterior à vigência da Res.
204 5272/25, pacificamente amparados pela segurança jurídica do ato jurídico perfeito (assumidos perante norma
205 que os respaldavam à época), ainda se mostrando como importantes estratégias de investimentos para a
206 diversificação e atingimento da meta atuarial na ótica deste Comitê. Assim, em 23/03/2026 o Comitê de
207 Investimentos deliberou pela manutenção dos fundos em situação de desequilíbrio passivo com a entrada
208 em vigor da Res. CMN nº 5.272/2025, considerando o prazo legal de até 02 anos para desinvestimentos
209 (02/02/2028), avaliando periodicamente as alternativas para eventual reenquadramento da carteira, sempre
210 observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, adequação à natureza das obrigações,
211 transparência e preservação do valor dos recursos previdenciários. Conforme deliberação em reunião ordinária
212 do Comitê de Investimentos em 27/04/2026, as instituições com fundos em situação de desequilíbrio
213 passivo foram oficiadas solicitando informações pertinentes acerca das medidas que estão sendo adotadas por
214 essa instituição para regularização da situação, bem como eventual cronograma e estratégia prevista para o
215 reenquadramento. Síntese da Situação da Carteira: A análise consolidada demonstra que a carteira de
216 investimentos da Riopretoprev permanece, em sua ampla maioria, enquadrada aos limites, critérios e princípios
217 estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025, mantendo adequada diversificação entre os segmentos de
218 aplicação e alinhamento às estratégias definidas na Política de Investimentos. As situações de desequilíbrio
219 identificadas decorrem exclusivamente da entrada em vigor da nova regulamentação, caracterizando
220 desequilíbrios passivos relacionados, principalmente: à classificação prudencial das instituições
221 administradoras ou gestoras dos fundos de investimento; ao percentual de participação conjunta de recursos de
222 RPPS no patrimônio líquido de determinados fundos. Todos os casos encontram-se devidamente identificados,
223 monitorados e diligenciados pelo Comitê de Investimentos e pela área técnica responsável, com acompanhamento
224 contínuo junto às instituições financeiras, administradores, gestores e distribuidores envolvidos, inclusive quanto
225 às medidas, cronogramas e alternativas apresentadas para eventual reenquadramento. Destaca-se, ainda, que
226 parte relevante das situações já possui tratativas em andamento para regularização, incluindo processos de
227 reenquadramento prudencial de instituições financeiras, alterações estruturais em fundos e estudos de
228 reorganização operacional por parte das administradoras. Adicionalmente, observa-se que a própria Resolução

CMN nº 5.272/2025 prevê prazo de até dois anos para permanência de recursos em situação de desequilíbrio passivo, não havendo, desde sua vigência, realização de novas alocações discricionárias em ativos desequilibrados. Assim, as decisões do Comitê de Investimentos permanecem pautadas pelos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, transparência, aderência atuarial e preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E O ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS: Conforme os relatórios internos da RioPretoPrev e da I9 Advisory Consultoria – RPPS Ltda, é notável que todos os fundos presentes na carteira estão em conformidade com a Política de Investimentos, aproximando-se dos objetivos estabelecidos. A análise dos diferentes segmentos, de acordo com os artigos, incisos e alíneas especificados, demonstra a aderência aos parâmetros previamente definidos: Renda Fixa: Art. 7º, I => 5,46% do PL (Objetivo: 2,50%; Limite entre 0% e 100%); Art. 7º, III => 63,86% do PL (Objetivo: 59,70%; Limite entre 0% e 100%); Art. 7º, V => 7,39% do PL (Objetivo: 9,00%; Limite entre 0% e 60%); Art. 7º, VI => 1,88% do PL (Objetivo: 1,80%; Limite entre 0% e 10%). Renda Variável: Art. 8º, I => 4,63% do PL (Objetivo: 7,00%; Limite entre 0% e 30%); Art. 8º, III => 4,25% do PL (Objetivo: 4,5%; Limite entre 0% e 10%). Investimentos no Exterior: Art. 9º, II => 1,01% do PL (Objetivo: 1,00%; Limite entre 0% e 10%); Art. 9º, III => 2,29% do PL (Objetivo: 3,0%; Limite entre 0% e 10%). Investimentos Estruturados: Art. 10º, I => 5,53% do PL (Objetivo: 7,00%; Limite entre 0% e 15%); Art. 10º, III => 3,69% do PL (Objetivo: 4,50%; Limite entre 0% e 10%). Essa aderência aos limites e diretrizes estabelecidos reforça a eficácia da gestão de investimentos da RioPretoPrev, evidenciando a coerência com os objetivos traçados na Política de Investimentos. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ENTRE INSTITUIÇÕES E BENCHMARKS: A alocação de recursos entre instituições e benchmarks na carteira da RIOPRETOPREV é detalhada a seguir: Banco do Brasil (R\$ 9,2 mi; 1,26% do PL): 04 fundos: 3 Invest. Exterior, 1 RF. Caixa (R\$ 68,73 mi; 9,45% do PL): 6 fundos: 1 RV local, 1 RV BDR, 4 RF; Notáveis: fundos DI. Bradesco (R\$ 39,84 mi; 5,47% do PL): 01 fundos: RF DI; Destaque: Fundo DI Premium, um dos melhores do segmento no mercado de RPPS. XP Investimentos (R\$ 14,86 mi; 2,04% do PL): 04 fundos: RV dividendos, Invest. Exterior e 2 FIPs (Pátria Investimentos e XP Selection Prime); Custódia das NTN-Bs (R\$ 464 mi; 63,86% do PL); Custódia LF BTG Pactual (R\$ 13,69 mi; 1,88% do PL). Santander (R\$ 7,19 mi; 0,98% do PL): 01 fundo: Exterior Global ESG, sem variação cambial. Western Asset (R\$ 14,18 mi; 1,95% do PL): 01 fundos: RV BDR. Kinea/Lions (R\$ 12,28 mi; 1,68% do PL): 01 fundo: FIP adquirido em 2017, em fase de desinvestimentos. Kinea/Intrag (R\$ 4,63 mi; 0,64% do PL): 01 fundo: FIP em captação inicial. BTG Pactual (R\$ 51,59 mi; 7,09% do PL): 05 fundos: RV de ações valor, Multimercado S&P 500, FIP Economia Real em captação inicial, FIP Infraestrutura também em fase de captação de recursos e exterior multimercado. Banco Daycoval (R\$ 19,31 mi; 2,65% do PL): 03 fundos: 1 RV com gestão Tarpon e um com gestão Guepardo, ambos de ações valor; 1 FIP gestão Tarpon. Vinci Compass (R\$ 1,77 mi; 0,24% do PL): 01 fundo: FIP em captação inicial. Itaú Unibanco (R\$ 2,72 mi; 0,37% do PL): 01 fundo: RV com pequena exposição em IE. Banco Safra (R\$ 2,74 mi; 0,38% do PL): 01 fundo: RV dividendos. Essa estratégia reflete a abordagem criteriosa da RIOPRETOPREV, buscando otimizar o retorno e gerenciar riscos eficientemente. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA

267 CARTEIRA E COMENTÁRIOS SOBRE A PERFORMANCE DOS FUNDOS E
268 RESPECTIVOS SEGMENTOS: RENDA FIXA: Ao final do mês de junho, 78,60% dos recursos
269 (R\$ 571,61 milhões) estavam alocados em Renda Fixa, conforme a Resolução n.º 5.272/2025 (art. 7º). O
270 segmento apresentou rentabilidade média de 0,89% no mês, refletindo o elevado patamar da taxa básica de
271 juros e a resiliência dos ativos pós-fixados. O período foi marcado por desempenho positivo dos ativos atrelados
272 ao CDI, favorecidos pela manutenção de uma taxa básica de juros ainda em patamar elevado, enquanto os
273 títulos públicos indexados à inflação apresentaram rentabilidade negativa, refletindo a abertura das taxas reais
274 nos vértices mais longos da curva. Os títulos prefixados, por sua vez, registraram desempenho moderadamente
275 positivo, acompanhando a expectativa de continuidade do processo de flexibilização monetária. No cenário
276 doméstico, o Comitê de Política Monetária (Copom) promoveu novo corte de 0,25 ponto percentual na taxa
277 Selic, reduzindo-a para 14,25% ao ano. O IPCA apresentou variação de 0,16% no período, evidenciando
278 inflação corrente relativamente contida. Entretanto, a persistência das pressões sobre os núcleos de inflação e
279 sobre os preços de serviços manteve o ambiente de cautela em relação à trajetória inflacionária e aos próximos
280 passos da política monetária. Nesse contexto, a estratégia de alocação em títulos públicos federais e fundos
281 referenciados ao CDI continuou contribuindo para a resiliência da carteira, preservando a estabilidade dos
282 investimentos diante de um ambiente ainda marcado por incertezas quanto à trajetória da inflação e dos juros.
283 Ao final de junho, a carteira de Renda Fixa terminou composta por nove fundos ativos, representando 12,85%
284 da carteira: sendo seis fundos 100% Títulos Públicos, totalizando 5,46% da carteira, representados pelo Artigo
285 7º I, rendendo 0,99%. Três fundos lastreados em ativos de curto prazo, representados por fundos DI, os quais
286 correspondem a 7,39% da carteira e renderam em média 1,13%, compondo o Artigo 7º V. Em relação aos
287 títulos públicos federais, o segmento fechou com 63,86% do PL da carteira e apresentou uma rentabilidade
288 média de 0,85%. As Letras Financeiras da carteira tiveram rendimento médio de 1,20% no mês,
289 representando 1,88% do PL. Os fundos em destaques do segmento foram: BRADESCO FIF RENDA
290 FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM RESP LIMITADA e CAIXA BRASIL FIC
291 CLASSE DE FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO RESP
292 LIMITADA fechando o mês com rentabilidade de 1,14%. De forma geral, a Renda Fixa encerrou o mês
293 com uma valorização de R\$ 5.064.410,38, rendimento médio de 0,89% no mês e 6,49% no ano. RENDA
294 VARIÁVEL: No mês de junho, 8,87% (R\$ 64,53 milhões) dos recursos terminaram alocados em Renda
295 Variável, conforme a Resolução n.º 5.272/2025 (art. 8º): em fundos de ações (Art. 8º, I), 4,63% da carteira
296 e se desvalorizaram em média -1,40% no mês. E em fundos BDR (Art. 8º, III), 4,25% da carteira e
297 desvalorizaram em média -1,27% no mês. Em junho de 2026, a renda variável brasileira apresentou
298 desempenho moderadamente negativo, com o Ibovespa registrando recuo de 1,01% no período. Este foi o quarto
299 mês consecutivo de baixa, pressionado pela saída de capital estrangeiro. O movimento refletiu um ambiente de
300 maior cautela por parte dos investidores, diante das incertezas relacionadas à trajetória da inflação e da política
301 monetária. As ações de empresas de menor capitalização apresentaram desempenho mais fraco, com o índice
302 Small Caps recuando 3,28%, enquanto o Índice de Dividendos (IDIV) avançou 1,79%, evidenciando a
303 preferência do mercado por empresas mais resilientes e com maior capacidade de geração de caixa em um cenário
304 de juros ainda elevados. Os recursos do Art. 8º, I fecharam distribuídos entre vários segmentos de mercado,

305 como: Dividendos, Alocação em Segmentos de Mercado/Ações Livre e Fundos de "Valor" e tiveram
306 desempenhos mistos com fundos fechando em campo negativo. O destaque positivo no mês foi o fundo BTG
307 PACTUAL FLA OPORTUNIDADES LISTADAS I com 3,99%, já na outra ponta tivemos o
308 TARPON GT INSTITUCIONAL FIF I com -3,09%. Nesse mês tivemos desinvestimento total no fundo
309 CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC FIF AÇÕES RESP LIMITADA, conforme
310 deliberação do Comitê de Investimentos em reunião ordinária de 27/04/2026. Já no Art. 8º, III, composto
311 pelos fundos BDR, todos os fundos tiveram resultados negativos no mês, apresentando rentabilidade média
312 negativa de 0,89%. De forma geral, a renda variável encerrou o mês com desvalorização de R\$ -927.159,08,
313 correspondendo a -1,27% no mês. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR: No mês de junho, 3,31%
314 (R\$ 24,04 milhões) dos recursos foram destinados a Investimentos no Exterior, seguindo a Resolução n.º
315 5.272/2025 (art. 9º), e o segmento teve valorização média de 3,33% no mês. O cenário internacional em
316 junho de 2026 foi marcado pela redução das tensões geopolíticas no Oriente Médio e pela normalização dos
317 preços do petróleo, fatores que contribuíram para diminuir os receios de um choque energético global mais
318 persistente e redirecionaram a atenção dos investidores para os fundamentos das principais economias. Nesse
319 contexto, os mercados internacionais em moeda original apresentaram desempenho negativo, com o MSCI
320 World recuando 0,80% e o S&P 500 registrando queda de 1,06%, refletindo a postura mais cautelosa dos
321 investidores diante da perspectiva de manutenção de juros elevados por mais tempo. Em contrapartida, a
322 valorização de 2,37% do dólar frente ao real impulsionou o retorno dos investimentos internacionais para o
323 investidor brasileiro, resultando em ganhos de 1,54% para o MSCI World e de 1,28% para o S&P 500
324 quando convertidos para reais. Assim, a exposição ao mercado externo continuou contribuindo para a
325 diversificação da carteira, mitigando parcialmente os efeitos do desempenho negativo dos ativos em seus mercados
326 de origem. Nos fundos de Investimento no Exterior – Investidor Qualificado (art. 9º, II), ficaram alocados
327 1,01% do patrimônio líquido (PL) da Riopretoprev, totalizando R\$ 7,36 milhões, e esses fundos fecharam o
328 mês com valorização média de 5,42%. Nos fundos de Investimento no Exterior – Investidor Geral (art. 9º,
329 III), ficaram alocados 2,29% da carteira, com valorização média de 2,43%. Todos os fundos do segmento
330 apresentaram rentabilidades positivas no mês. O destaque ficou com o AQR LONG-BIASED EQUITIES
331 FIF AÇÕES que rendeu 7,18% no mês, porém no ano o destaque é o fundo BB AÇÕES NORDEA
332 GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT IS IE FIF RESP LIMITADA com 13,02%.
333 No geral, o segmento de Investimentos no Exterior (IE) encerrou o mês com uma valorização de
334 R\$ 774.981,85, o que corresponde a uma rentabilidade de 3,33%. INVESTIMENTOS
335 ESTRUTURADOS: No mês de junho, 9,22% (R\$ 67,07 milhões) dos recursos fecharam alocados em
336 Investimentos Estruturados. Em fundos Multimercados (art. 10º, I), ficaram 5,53% do patrimônio líquido
337 (PL) da Riopretoprev, totalizando R\$ 40,21 milhões, com uma desvalorização de -0,36%, representados pela
338 estratégia S&P-500. Nos fundos de participação (art. 10º, III), ficaram 3,69% do PL, o equivalente a
339 R\$ 26,86 milhões, alocados no FIP Kinea IV, no FIP Kinea V, no FIP BTG Pactual Economia Real II
340 Multiestratégia, no BTG Pactual Infraestrutura III, no Pátria PE VII Advisory FIP Multi - Classe C, no
341 FIP VCP IV, no XP Selection Prime e no Tarpon Bluefin, com uma valorização média no segmento de
342 0,36% no mês. Houve integralização de Capital nos fundos XP SELECTION PRIME FEEDER

343 INSTITUCIONAL FIP; BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA III FEEDER FIP
 344 MULTIESTRATÉGIA; e BTG PACTUAL ECONOMIA REAL II FIP –
 345 MULTIESTRATÉGIA. No geral, o segmento de Investimentos Estruturados encerrou o mês com uma
 346 desvalorização de R\$ -50.431,53, rentabilidade negativa média de -0,08% no mês. DISPONIBILIDADE
 347 FINANCEIRA: No fechamento do mês de junho de 2026 todos os recursos estavam aplicados no mercado
 348 financeiro fechando as contas com saldo zerado. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA
 349 CARTEIRA E OBSERVÂNCIA DA POLÍTICA DE RISCOS: Após análise dos resultados, os
 350 membros constataram que a carteira está aderente à Política de Riscos 2026. Aqui destacamos que todos os
 351 segmentos estão dentro dos limites de VaR (Value at Risk) definidos na Política de Investimentos, em
 352 conformidade com a Política de Riscos vigente. Destacamos ainda que a liquidez da carteira está com limites
 353 dentro do previsto na Política de Investimentos, sendo de no mínimo 20% resgatáveis em 30 dias.
 354 PRINCIPAIS INDICADORES DOS INVESTIMENTOS DA RIOPRETOPREV NO MÊS
 355 DE JUNHO DE 2026: RENDIMENTO FINANCEIRO $\times$ META ATUARIAL no mês de
 356 junho de 2026: RENDIMENTO em junho-2026 (em R\$): 4.861.801,62; RENDIMENTO em junho-
 357 2026 (em %): 0,67%; META ATUARIAL em junho -2026 (%): 0,62%; RAZÃO:
 358 RENDIMENTO FINANCEIRO $\times$ META ATUARIAL (%) EM JUNHO-2026: 108,06%.
 359 RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO $\times$ META ATUARIAL ANUAL:
 360 RENDIMENTO ano (em R\$): 42.450.273,41; RENDIMENTO ano (em %): 6,20%; META
 361 ATUARIAL ano (%): 6,15%; RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO $\times$ META
 362 ATUARIAL ano (%): 100,81%; META GERENCIAL (IMA-B) (%): 4,08%; CDI (%): 6,85%;
 363 IRF M1 (%): 5,06%; IBOVESPA (%): 6,76%; IBX-50 (%): 7,43%; S&P 500 (BRL) (%): 3,07%;
 364 S&P 500 (USD) (%): 9,55 %; MSCI ACWI (BRL) (%): 2,47%; MSCI ACWI (USD) (%): 8,92%.
 365 PERFORMANCE NOS ÚLTIMOS PERÍODOS: ATINGIMENTO DA META
 366 ATUARIAL: NOS ÚLTIMOS 3 MESES: 151,26%; NOS ÚLTIMOS 6 MESES: 100,81%;
 367 NOS ÚLTIMOS 12 MESES: 127,78%; NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 121,42%; NOS
 368 ÚLTIMOS 36 MESES: 117,12%; NOS ÚLTIMOS 48 MESES: 127,46%; DO ANO EM
 369 CURSO: 100,81%; DESDE O INÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA: 66,43%;
 370 DESDE O INÍCIO DA RIOPRETOPREV: 89,62%. Verificaram também as APRs de
 371 movimentações efetuadas no mês de junho e as alocações por estratégia. Os membros fizeram análises dos gráficos
 372 de dispersão dos fundos, em diversas janelas e segmentos da Resolução CMN 5.272/2025. Ainda, com
 373 relação a análise de riscos realizaram stress test e backtesting da carteira a fim de avaliar o desempenho potencial
 374 da carteira em diferentes cenários. Por fim, após análise das informações de investimentos
 375 referentes ao mês de junho de 2026, foi emitido parecer favorável quanto à sua precisão
 376 e conformidade, aprovado por unanimidade, com 5 (cinco) votos favoráveis, sem votos
 377 contrários, abstenções ou declaração de impedimento, com encaminhamento à
 378 Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal, para os fins do item 3.2.6 do Manual do Pró-
 379 Gestão RPPS. Fica registrado que os relatórios internos, APRs, parecer mensal,
 380 relatórios de consultoria, demonstrativos de risco, stress test, backtesting e demais

documentos de suporte deverão permanecer arquivados no processo administrativo correspondente, para fins de rastreabilidade e auditoria. Na sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei apresentou o item de pauta referente aos novos investimentos e à quarta chamada de capital do fundo XP Selection Prime, informando que havia sido solicitado o aporte de R\$ 264.000,00, correspondente a 6,6% do capital comprometido de R\$ 4.000.000,00, com prazo para integralização até o dia 3 de agosto de 2026. Registrou-se que a integralização decorre de compromisso previamente assumido, devendo a área técnica manter arquivados o boletim de subscrição, a deliberação originária, o documento de chamada de capital e a respectiva APR. Em seguida, Patrícia Nato Toninato Bartolomei apresentou a posição de liquidez da carteira, informando os saldos disponíveis nos fundos Caixa DI e IRF-M 1. Considerando a proximidade do pagamento da folha de benefícios e a possibilidade de utilização dos recursos mantidos no IRF-M 1 antes da data da integralização da chamada de capital, propôs que o aporte fosse realizado com recursos provenientes do fundo Caixa DI, por oferecer maior segurança quanto à disponibilidade financeira. Dessa forma, após discussão, **os membros deliberaram, por unanimidade, com 5 (cinco) votos favoráveis, sem votos contrários, abstenções ou declaração de impedimento, pela utilização de recursos da conta corrente de benefícios da CEF, caso haja recursos disponíveis na data da integralização ou, se necessário, pelo resgate da quantia necessária do fundo CAIXA BRASIL FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 03.737.206/0001-97, para integralização da 4ª chamada de capital do XP SELECTION PRIME FEEDER INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, CNPJ: 61.811.959/0001-00.** Na sequência, propôs, ainda, a alteração da deliberação vigente para que, na hipótese de insuficiência de recursos tanto no IRF-M 1 quanto no Caixa DI, fosse autorizada, como terceira alternativa de liquidez, a utilização de recursos do fundo Bradesco DI Premium, de forma a prevenir eventuais dificuldades operacionais decorrentes de atrasos nos repasses das contribuições patronais ou dos segurados. **Assim, os membros deliberaram, por unanimidade, com 5 (cinco) votos favoráveis, sem votos contrários, abstenções ou declaração de impedimento, pela manutenção da deliberação de 08/06/2026 pelo resgate de recursos para pagamento das despesas relativas aos benefícios previdenciários primeiramente do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 10.740.670/0001-06, até desinvestimento total do fundo e, não havendo saldo suficiente, pelo resgate do fundo CAIXA BRASIL FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 03.737.206/0001-97, mantendo-se a decisão até nova deliberação, com reavaliação obrigatória na reunião ordinária subsequente ou sempre que houver alteração material da posição de liquidez. Ainda, os membros deliberaram, por**

419 unanimidade, com 5 (cinco) votos favoráveis, sem votos contrários, abstenções ou
420 declaração de impedimento, pela utilização dos recursos do fundo BRADESCO FIF
421 RF REFERENCIADA DI PREMIUM - RL, CNPJ: 03.399.411/0001-90, para
422 pagamento de despesas relativas aos benefícios previdenciários, caso os recursos dos
423 fundos CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE
424 INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE
425 LIMITADA, CNPJ: 10.740.670/0001-06, e CAIXA BRASIL FIC DE CLASSE DE FIF
426 RF REFERENCIADO DI LP - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ:
427 03.737.206/0001-97, não sejam suficientes, mantendo-se a decisão até nova
428 deliberação, com reavaliação obrigatória na reunião ordinária subsequente ou sempre
429 que houver alteração material da posição de liquidez. Na sequência, os membros
430 discutiram sobre a destinação dos recursos decorrentes do vencimento da NTN-B 150826,
431 com liquidação financeira prevista para 17/08/2026, cujo montante entre principal e juros foi
432 estimado em R\$ 56.988.644,56. Mário José Piccarelli de Castro sugeriu que fosse realizado
433 estudo estruturado para avaliar a liquidez disponível e a necessidade de manutenção de
434 recursos em caixa, destacando que seria necessário levantar os ativos líquidos existentes, os
435 compromissos futuros dos FIP, as posições em títulos públicos, renda variável e investimentos
436 no exterior, de forma a construir justificativa técnica para eventual deliberação. Ressaltou que
437 o levantamento deveria ser realizado em etapas, com a consolidação dos dados e posterior
438 elaboração de documento demonstrando a capacidade financeira do RPPS de honrar seus
439 compromissos sem necessidade de manutenção excessiva de liquidez. Patrícia Nato Toninato
440 Bartolomei concordou que o documento deveria apresentar os fundamentos técnicos da
441 manutenção da estratégia, demonstrando que existiam recursos disponíveis, novos ingressos
442 previstos e ativos capazes de garantir a liquidez necessária ao longo do tempo. Ressaltou que,
443 caso necessário, os recursos poderiam ser obtidos mediante movimentação desses ativos,
444 mantendo-se o equilíbrio da carteira. Patrícia Nato Toninato Bartolomei também registrou
445 que eventual movimentação de recursos não comprometeria os limites estabelecidos na
446 Política de Investimentos, uma vez que os ajustes poderiam ser realizados entre os segmentos
447 da carteira, mantendo o enquadramento adequado. Destacou a importância de registrar essa
448 avaliação, considerando que o ALM indicava a necessidade de ajustes periódicos nos
449 percentuais de alocação. **Ficou deliberado que a área técnica elaborará estudo sobre a**
450 **destinação dos recursos decorrentes do vencimento da NTN-B 150826, contemplando**
451 **a liquidez da carteira, os compromissos assumidos e a aderência à Política de**
452 **Investimentos e ao ALM, para apresentação e deliberação na reunião ordinária**
453 **subsequente.** Sem mais assuntos, a presente reunião foi finalizada após a conclusão da pauta.
454 Para constar, eu, Patrícia Nato Toninato Bartolomei, lavrei a presente ata, que, depois de lida
455 e achada conforme, vai por mim assinada e por todos os presentes. Ata aprovada, por

456 unanimidade, na reunião ordinária de 10/08/2026, primeira reunião ordinária de agosto de
457 2026.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 42A1-0703-E6D4-3BBA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI (CPF 326.XXX.XXX-02) em 11/08/2026 14:27:41 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ WILCLEM DE LAZARI ARAUJO (CPF 352.XXX.XXX-01) em 11/08/2026 15:04:08 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO (CPF 327.XXX.XXX-48) em 12/08/2026 08:18:30 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO (CPF 219.XXX.XXX-01) em 12/08/2026 16:30:18 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT (CPF 410.XXX.XXX-57) em 13/08/2026 09:49:48 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/42A1-0703-E6D4-3BBA>